

# KPMG mostra evolução na estrutura na gestão de risco das empresas



Sidney Ito,  
especialista  
em risco da  
KPMG.

A KPMG transformou em números uma percepção muito presente no mercado brasileiro. A estrutura de gestão de riscos e de monitoramento cresce no país, em grande parte devido às exigências legais, mas também em decorrência de uma necessidade cada vez maior de as companhias tratarem temas complexos de forma profissional e bem estruturada.

Levantamento feito pela consultoria com 235 empresas de capital aberto no Brasil mostra que 19% delas têm um comitê de riscos para dar suporte ao conselho de administração, enquanto 43% possuem um comitê de auditoria (que também abrange controle de riscos).

Os dados são de 2014, quando o número total de empresas com comitê de risco subiu para 45 (oito a mais que no ano anterior) e a existência de comitê de auditoria chegou a 103 (contra 95 em 2013) – alta de 21% e 8,4%, respectivamente.

A existência de um comitê específico revela a preocupação da companhia em administrar o assunto de maneira mais aprofundada, dando o suporte adequado ao conselho de administração, aponta o estudo.

Trata-se de um movimento que vai ao encontro dos anseios dos gestores de risco. Uma reclamação frequente no meio é a

dificuldade de comunicação com o board, cujas diretrizes são imprescindíveis ao desenvolvimento da área dentro da corporação.

“É um avanço. O estudo mostra um aprimoramento das boas práticas de governança”, diz Sidney Ito, sócio da consultoria de riscos e governança corporativa da KPMG no Brasil e na América Latina e responsável pelo levantamento. “Essa tendência decorre de alguns fatos recentes que trouxeram perdas significativas para as empresas, tais como a questão dos derivativos, a crise econômica e financeira, a rigidez do ambiente regulatório e fraudes corporativas.”

O estudo se atém às empresas com ações negociadas em Bolsa, mas Ito avalia que a tendência se repete nas empresas de capital fechado. “Elas também tem de prestar contas de sua performance. Além disso, questões como sucessão, profissionalização e atuação de stakeholders acabam exigindo a presença de um comitê de auditoria e/ou de riscos”, afirma.

O especialista lembra que em países como os Estados Unidos, Reino Unido e outros europeus, a existência de comitês de auditoria é obrigatória nas companhias abertas, o que não ocorre no Brasil. Mesmo assim, avalia ele, é uma questão de tempo para a maioria das empresas abertas ter esse mecanismo. “Temos um ambiente regulatório cada vez mais rígido, valendo citar a Lei Anticorrupção, a lei ambiental de resíduos sólidos, a lei de responsabilidade civil dos administradores e várias outras”, afirma ele. “Isso faz com o gerenciamento de riscos se torne cada vez mais significativo na agenda dos conselhos de administração.”

### **Segurança**

O comitê de risco ou de auditoria confere mais segurança para o conselho de administração, lembra Ito. “Na prática, a responsabilidade de estabelecer o apetite de risco da empresa e monitorar o gerenciamento de risco pelos executivos é do conselho de administração”, diz ele. “É sempre importante

salientar que a existência e atuação de um comitê não exime a responsabilidade final do conselho; portanto é necessário um processo de comunicação efetiva e de prestação de contas.”

### **Operacional**

A KPMG também levantou que 46% das empresas pesquisadas dispõem de uma área operacional específica de gerenciamento de risco, número que se manteve estável em relação ao levantamento anterior. Foram consideradas estruturas como diretoria de risco, gerência de risco, comitê de risco ou com nomenclatura similar. Vinte e quatro empresas, no entanto, não divulgaram informações sobre isso.

### **Governança e seguro**

O trabalho da KPMG analisou governança corporativa com um foco amplo. Além do gerenciamento de risco e de auditoria, há dados específicos sobre, código de ética e conduta, seguro D&O, auditorias internas e externas, recursos humanos, entre outros.

Os seguros D&O – uma peça importante para lidar com eventuais ações judiciais contra diretores –, por exemplo, foram contratados por mais de 90% das empresas que se enquadram no Novo Mercado e no Nível 2 da Bolsa de Valores. O valor médio dos seguros para as empresas do Novo Mercado chegou a R\$ 72 milhões no ano passado.

### **Pesquisa**

O estudo “A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais Brasileiro” está em sua nona edição. A mais recente, com dados de 2014, compilou dados de 235 empresas de capital aberto. A consultoria dividiu os resultados em quatro grupos: Novo Mercado (132 empresas), Nível 2 da Bovespa (22), Nível 1 da Bovespa (31) e as empresas Tradicionais (50).

Veja o estudo na íntegra: [A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais Brasileiro.](#)